

ÍNDIA: POTÊNCIA EMERGENTE

Maria Regina de Mongiardim

Instituto D. João de Castro

28 de Abril de 2011

Desde finais do século passado, que a Índia vem sendo considerada uma potência emergente na esfera global. Uma condição que o presidente Obama valorizou, ao afirmar, durante a sua visita a esse país em Novembro de 2010, que a Índia “já não era um poder emergente, mas, sim, um poder mundial”. Naturalmente, estas palavras soaram como música celestial aos ouvidos dos indianos, sempre tão altivos e orgulhosos da sua nação!...

Assim, pela mão dos EUA - e com o aparente aval da Rússia, sua tradicional aliada - a Índia ascendia a um patamar de grande potência, o que tende a legitimar os seus anseios de se tornar um poder incontornável, tanto na região asiática, frente à China, como no mundo multipolar e policêntrico da actualidade.

Esta situação decorre de uma série de indicadores, em que os principais são: a **grandeza demográfica** da Índia e a sua rápida **expansão económica**.

Em termos demográficos, a Índia é o segundo país mais populoso do mundo, com cerca de um bilião e duzentos milhões habitantes; uma taxa anual de crescimento demográfico, que ronda 1,5%; e uma faixa etária juvenil (abaixo dos 30 anos), que atinge os 60% da população.

Ao contrário de outras nações poderosas, designadamente do Ocidente, a força de trabalho na Índia está em ascensão, o que, numa perspectiva

optimista, pode vir a diminuir os índices de dependência dos jovens, graças ao crescimento económico, aos incentivos sociais e às políticas educativas, e a alguma contenção da natalidade. Embora ténues, estes incentivos têm perfilado as prioridades dos últimos governos da coligação UPA, ao elegerem o “homem comum” como alvo privilegiado das suas políticas de carácter social.

Em termos económicos, a Índia tem um crescimento anual que se acerca dos 7,5%, apesar dos efeitos da crise mundial, e posiciona-se no segundo lugar das economias do mundo com um crescimento mais rápido, tendo ultrapassado os 9%, nos anos anteriores à eclosão da crise financeira global.

O extraordinário incremento da indústria das tecnologias da informação (TIC) deu origem a que a Índia seja já, mundialmente, classificada como uma “superpotência” neste sector, em particular, na área dos serviços tecnológicos. A indústria farmacêutica constitui outra importante alavanca do seu acentuado crescimento económico.

Com as suas idiossincrasias, a Índia permanece, todavia, um país essencialmente rural (cerca de 60%), com uma indústria manufactureira débil e incapaz de absorver a mão-de-obra disponível, o que se repercute nas suas elevadas taxas de pobreza (53,5%) e de desemprego (8,8%).

A estes dois indicadores essenciais juntam-se os seguintes factores positivos:

1 - A sua **dimensão geográfica**. A Índia é o sétimo maior país do mundo, com 3.287.590 km²;

2 - A sua **localização geoestratégica**, no cruzamento das rotas comerciais euro-afro-asiáticas; a sua **posição central no Índico** (por onde transitam 70% dos recursos mundiais do petróleo), entre o Mar Arábico e a Baía de Bengala; a sua proximidade ao Pacífico; e a sua **enxertia no vasto e problemático corredor islâmico**;

3 – A importante **diáspora indiana**, com mais de 35 milhões de indivíduos espalhados pelo mundo, e as influentes comunidades indianas nalguns dos mais importantes países de acolhimento (EUA, GB). Fonte de recursos não negligenciável, esta diáspora representa, só nos países árabes do Conselho de Cooperação do Golfo (mais de 3,5 milhões), 4 biliões de dólares de remessas anuais de divisas;

4 - O seu **poderio militar**. A Índia é a terceira maior potência militar do mundo, em termos de dimensão das forças armadas, bem apetrechadas e capacitadas, tanto para intervirem em caso de conflito e para garantirem a soberania e a integridade territorial do país, como para se incorporarem nas diversas missões de paz das NU, em várias partes do globo (Darfur, Sudão, República do Congo, Haiti, Chipre, Timor-Leste, Afeganistão, Líbano). A modernização e apetrechamento das forças armadas indianas, que as autoridades de Deli vêm promovendo com carácter prioritário, visam aumentar e consolidar o poder militar do país, que é hoje o maior importador de equipamento militar do mundo (70%, que provêm da Rússia, de Israel e, mais recentemente, dos EUA). A Índia está igualmente a desenvolver um ambicioso programa espacial militar;

5 – A detenção do **poder nuclear** (1998), no âmbito do qual a Índia viu reconhecido e legitimado, internacionalmente, o seu estatuto de potência nuclear, graças aos recentes acordos nucleares firmados, nomeadamente, com os EUA, a França, a Rússia, o Canadá e a Inglaterra, apesar de não ser signatária do Tratado de Não-Proliferação. Um acordo similar deveria ser

assinado, a breve trecho, com o Japão, decisão que, provavelmente, pode vir a ser afectada pelo desastre nuclear de Fukushima;

6 – O papel proeminente da Índia no campo da **economia do conhecimento**, em que é o terceiro país do mundo a contar com uma Agência Espacial-ISRO (EUA e Rússia) e o terceiro país asiático (China e Japão) no lançamento de satélites no espaço;

7 – O **regime democrático** da Índia, sendo considerada a maior democracia do mundo, e a sua **capacidade de integração multicultural** (língua maioritária, o hindi, com 30% de falantes, e mais 14 línguas oficiais), **multirreligiosa** (hindu 81,3%, muçulmana 12%, cristã 2,3%, sikh 1,9%, e outros grupos minoritários, como, budistas, jain e parsi, que totalizam 2,5%) e **multiétnica** (indo-ariana 72%, dravidiana 12%, mongóis, tribais e outras 2,5%);

8 – Os seus **recursos naturais**, em que a Índia é dotada de uma extensa costa e de uma vastíssima plataforma continental marítima, de minérios, petróleo, gás natural, e de enormes potencialidades para produzir energias renováveis; e a sua vocação e capacidade para a produção agrícola (54,35% do território);

9 – A sua **civilização milenar**, de que os indianos se sentem extraordinariamente orgulhosos, e de que são muitos os vestígios, quer no âmbito do seu património histórico, quer ao nível do seu quotidiano, nos sectores da moda, da gastronomia, da música, do cinema, das artes, do espiritual e social, graças aos quais a Índia tem vindo a promover produtivas indústrias nos domínios cultural e turístico;

10 - O uso e domínio do **inglês**, língua global da actualidade, como idioma da administração e dos sectores profissionais-chave do país;

11 - E, por último, a sua **estratégia em política externa** e de inserção da Índia no palco internacional. Primeiro, adoptando uma estratégia de “*soft power*” no desaparecido sistema bipolar – o não-alinhamento -, que lhe

permitiu afirmar-se como líder do Terceiro Mundo e desenvolver relações pacíficas com as maiores potências mundiais, incluindo as superpotências, retirando desse relacionamento os benefícios necessários para o seu desenvolvimento.¹ Posteriormente, seguindo uma estratégia de revisão do conceito de não-alinhamento - mediante a sua integração na economia mundial, em que é um dos membros mais activos da OMC, o aproveitamento dos contenciosos e rivalidades entre os EUA e a China, e entre a Rússia e a China -, e de promoção do “*hard power*”, através da sua conversão numa potência regional, nos planos económico e militar.

Política Externa da Índia

Esta estratégia da política externa da Índia permitiu uma chamada de atenção para as suas singularidades, a consagração da sua influência regional e o averbar de importantes méritos para a sua classificação de potência emergente.

O culminar desta estratégia assentará, porém, no reconhecimento mundial da sua grandeza, cujos principais instrumentos de luta são a candidatura a um lugar permanente no futuro CSNU reformulado e a reivindicação da sua voz nos demais organismos do sistema de Bretton Woods. Até agora, a Índia já recolheu os apoios expressos de Portugal, da Grã-Bretanha, da França, da Rússia, e dos EUA, tendo a China permanecido numa postura ambígua de apenas reconhecer a importância da Índia no plano mundial, ou tão-só a legitimidade dos seus anseios.

¹ A Índia é membro da Commonwealth, desde a época da sua independência.

Foi neste contexto, que a Índia, vencendo alguma inércia que se reflecte no seu relativamente pequeno corpo diplomático,² se viu forçada a rever alguns aspectos da sua tradicional diplomacia internacional, conferindo-lhe um papel mais actuante, quer no domínio multilateral, em particular, quer em áreas geográficas de menor dinâmica das suas relações externas, como o Mundo Árabe, a África (especialmente, a África do Sul) e as Américas (em particular, o Brasil e os EUA).

Marcadas pelo bilateralismo, as relações da Índia com a UE sofreram um salto qualitativo em 2000, quando, durante a presidência portuguesa, foram instituídas as cimeiras anuais bilaterais, e em 2004, com a criação de uma parceria estratégica. Todavia, as reservas da Índia em liberalizar mais a sua economia e a sua falta de confiança, e escasso entendimento, sobre o modelo da União, têm constituído um obstáculo ao aprofundamento das relações indo-europeias,³ a que também não é alheia a política da Europa com o Paquistão. Prende-se, com tudo isto, a recusa de Nova Deli em aprofundar e alargar a parceria estratégica com a UE (PCA)⁴, bem como os atrasos que se têm verificado na conclusão do acordo global de comércio livre (FTA).

Se bem que a sua diplomacia continue a privilegiar a acção bilateral, Nova Deli tem logrado situar a Índia no centro da comunidade internacional, aderindo progressivamente ao paradigma do multilateralismo. Daí a sua participação no G8 e no G20; o seu estatuto de parceira da APEC, da ARF,⁵

² A dimensão do corpo diplomático da Índia é semelhante à dimensão do corpo diplomático de Portugal, o que é manifestamente pequeno se tivermos em conta a dimensão do país.

³ A Índia privilegia as relações bilaterais com os países europeus, em que se destacam, por ordem de importância, a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha. Com Portugal, a Índia mantém relações de amizade, uma vez superados os diferendos relativos a Goa; todavia, este bom relacionamento político tem escassa expressão no terreno económico e comercial.

⁴ Partnership Cooperation Agreement.

⁵ ARF – ASEAN Regional Fórum, criado em 1993, para promover a paz e segurança na região.

da ASEAN, da BIMSTEC⁶ e da SAARC⁷; a sua provável adesão à Organização de Cooperação de Xangai, de que já é observadora; e a sua integração nos agrupamentos transcontinentais IBAS⁸, IRC⁹ e BRICS¹⁰.

Esta sua recente aposta no multilateralismo encontra suporte nos tradicionais princípios do *Panchsheel*¹¹ (convivência pacífica, neutralidade, igualdade, não-ingerência e respeito mútuo, de que a ONU pode ser considerada seu máximo expoente), a que se encontra devotada desde a sua independência e que ainda subsistem na seguida tradição de Nehru. Mas responde, sobretudo, aos seus desígnios de contribuir, mais decisivamente, para uma nova arquitectura mundial multipolar e, no limite, para a deslocação do centro de gravidade do poder mundial para a Ásia.

No que diz respeito à sua aproximação aos EUA, que a recente assinatura do acordo nuclear melhor simboliza, a grande viragem deu-se, não tanto, com o fim do sistema bipolar, mas com os ataques terroristas do 11 de Setembro. Na sequência deles, a Administração Bush, em obediência ao conceito estratégico do “eixo do mal”, passou a encarar a Índia como uma potencial aliada contra o avanço do terrorismo islâmico e como um bastião, na Ásia, dos valores democráticos, da convivência pacífica e do encontro de culturas.

⁶ BIMSTEC – Bay of Bengal Initiative for Multi-Sectoral Technical and Economic Cooperation, integra o Bangladesh, a Índia, a Birmânia, o Sri Lanka, a Tailândia, o Butão e o Nepal. Foi formada em 1997.

⁷ South Asian Association for Regional Cooperation, instituída em 1985.

⁸ IBAS – Índia, Brasil e África do Sul.

⁹ IRC – Índia, Rússia e China.

¹⁰ BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

¹¹ Acordo assinado com a China, em 1954, relativamente ao estatuto do Tibete, como região chinesa, cujos cinco princípios acima enunciados se tornaram norma das relações externas da Índia com os demais países.

A abertura da Índia aos EUA, por seu turno, significou a sua plena integração na comunidade internacional, com estatuto de parceira da superpotência sobranceira.

Obstáculos para a afirmação da Índia como grande potência

Não obstante o peso dos indicadores atrás enunciados, a Índia tem pela frente poderosíssimos obstáculos para alcançar o desiderato de se alinhar ao estatuto de grande potência, dadas as implicações e condicionantes das suas circunstâncias internas, das suas relações de vizinhança, das questões regionais e da política mundial.

Apesar do seu peso específico no quadro da economia global, a Índia continua a sofrer as vicissitudes do seu modelo de crescimento e das suas deficiências estruturais. Os ditames da globalização têm determinado que a Índia – tal como a China – ora adira a certos objectivos globais, ora se isole na defesa de interesses nacionais específicos (Doha, Kyoto).

No domínio interno, a cultura da integração democrática, multicultural, multirreligiosa e multiétnica no Estado secular indiano, sob a qual assenta o sentimento nacional da Índia, não impede que a heterogénea sociedade indiana seja atravessada por fracturas, que põem em risco a convivência e a coesão nacional, e a própria integridade soberana do Estado.

As pulsões desagregadoras do Estado fazem-se sentir em vários pontos do território (Caxemira e vários estados do Nordeste), seja por motivos eminentemente internos, ligados à pobreza e ao desenvolvimento das camadas sociais mais desfavorecidas (*Dalits/Intocáveis*/ou “sem casta”, grupos tribais, e *Naxalites*/maoístas), seja por motivos religiosos e

culturais, onde as comunidades muçulmana e sikh, em particular, sofrem o acosso do fundamentalismo hindu (RSS)¹², seja porque a Índia ainda não conseguiu neutralizar os problemas de segurança interna e externa a nível regional. Considerado pelo governo a maior ameaça à segurança interna do país, o movimento *Naxal* (maoístas) tem vindo a crescer exponencialmente em parte considerável do território indiano, mercê do apoio das populações locais mais desfavorecidas e da influência maoísta do Nepal e da China. Algumas importantes parcelas deste território foram subtraídas ao controlo do Estado (5 estados dos 15 onde os *naxalites* actuam), onde as forças de segurança constituem os principais alvos da letal violência maoísta. A eventual militarização desta faixa territorial, com o emprego, nomeadamente, da força aérea, constitui um dos mais prementes debates políticos de Nova Deli, tendo em conta os efeitos nefastos sobre as populações locais e a possibilidade de instauração de um clima de guerra civil, cujas consequências seriam imprevisíveis.

O “comunalismo” na Índia, que a afirmação do segundo maior partido do país (BJP) veio consolidar, através do ideário *hindutva* (hindunidade) segundo o qual a Índia é o país dos hindus - apologia que deixa de fora cerca de 200 milhões de habitantes, de religião muçulmana e outras -, contraria o ideário secular e integrador do Partido do Congresso, e constitui outro poderoso factor de instabilidade, que encontra ramificações na problemática regional indo-paquistanesa.

Apesar dos avanços nas políticas sociais e educativas direccionadas ao “homem comum” e à recuperação das minorias, que os governos da

¹² Rashtriya Swayamsevak Sangh (RSS), organização nacionalista hindu, fundamentalista e paramilitar, que integra a plataforma nacionalista hindu radical, Sangh Parivar, de que é o seu “braço armado”. Diversos governos da Índia já baniram esta organização por três vezes. Um seu militante assassinou Gandhi em 1948.

coligação UPA, liderados pelo prestigiado economista Manmohan Singh, artífice da liberalização económica do país (1991), vêm desenvolvendo desde a sua chegada ao poder (2004) – garantia nacional de emprego rural, educação gratuita universal para as crianças, quotas para as mulheres e para as minorias na política, na educação e no emprego -, a corrupção e a má governação, são uma lacra da política interna da Índia, que põe em causa o bom resultado destas medidas e a própria imagem externa do país.

O sistema que vigora no seio da generalidade dos partidos políticos do país de garantir a sucessão familiar dos seus quadros dirigentes, em detrimento dos méritos, da capacidade política ou da popularidade, tem agido com um poderoso fermento deste clima de corrupção e má governação.

Paralelamente à pobreza (mais 1/4 da população vive abaixo do limiar da pobreza, 28,6%)¹³ e à marginalização de importantes camadas da população, designadamente em virtude do arraigado sistema de castas, a Índia vê-se ainda a braços com a falta de infraestruturas, com uma industrialização anárquica e sem controlo governamental, com a erosão do solo, a poluição atmosférica, a poluição e escassez da água, a degradação ambiental, os cortes de electricidade e a escassez energética para responder às exigências do seu desenvolvimento económico. Nesta matéria, porém, Nova Deli tem vindo a desenvolver um esforço significativo no sentido de garantir a segurança energética para o país, mediante uma política externa centrada na área da energia, que passa pela assinatura de acordos bilaterais com países fornecedores, quer de recursos energéticos convencionais (electricidade, petróleo e gás natural), quer de recursos nucleares (urânio e reactores).

¹³ O índice de pobreza da Índia eleva-se a 53,5%. Fonte: undp.org.

Conjunturalmente, a Índia atravessa uma crise alimentar, que, para além dos efeitos sempre imprevisíveis do clima de monções, se prende também com o abandono da terra e as migrações para os grandes centros urbanos, dando origem ao aumento da inflação dos bens essenciais - acima de dois dígitos -, e constituindo forte preocupação pela instabilidade social que daí poderá advir. Mas, estruturalmente, a Índia defronta-se, ainda, com as altas taxas de desemprego, devidas em parte ao modelo de crescimento, assente numa maior aposta nos serviços e nas tecnologias de informação, sem conjugação com a promoção da manufactura, de crescimento pouco acentuado (8%); com um cenário precário na saúde, devido, sobretudo, às doenças tropicais endémicas¹⁴ e à desnutrição; e com uma baixíssima literacia (65,2%).

Não obstante a localização geográfica da Índia, no centro das rotas comerciais e de segurança euro-afro-asiáticas, por razões políticas, sociais, culturais, étnicas e de vizinhança, a sua posição é de um relativo isolamento. Isolamento esse que decorre da complexidade do país - em que pontuam as fracturas sociais e religiosas, e os “pecados” da progressiva descentralização do Estado (28 estados federados e 7 territórios da União), com a conseqüente polarização do espectro político-partidário¹⁵ -, da sua dimensão geográfica, da sua tardia liberalização, da sobrevivência do “não-alinhamento”, e dos contenciosos com os países vizinhos.

A problemática regional da Índia

¹⁴ A falta de condições higiénicas provoca, anualmente, 450 mil mortes entre os 575 milhões de casos de diarreia.

¹⁵ A Índia é o país do mundo com maior número de partidos, sobretudo, de âmbito regional. Os factores étnicos, linguísticos e religiosos, conferiram esta diversidade num país que, apenas, conta com dois únicos grandes partidos de âmbito nacional - o Partido do Congresso e o BJP - que, mesmo assim, recebem uma escassa percentagem do voto nacional necessário para constituir governo e maioria governativa, obrigando à constituição de grandes e heterogéneas coligações.

No quadro regional, a Índia vê-se confrontada com dois problemas essenciais: o Paquistão e a China.

Desde a dramática “*Partition*”, nas vésperas da independência dos dois países, o Paquistão tem representado uma das principais preocupações de segurança da Índia e um dos motivos cimeiros da sua militarização, nomeadamente nuclear. A China é a outra grande preocupação da Índia.

Nova Deli tem acusado Islamabad de alimentar as forças secessionistas e de patrocinar o terrorismo islâmico na disputada região de Caxemira: um terrorismo que já se estendeu a todo o território indiano, onde se contabilizam mais de 800 células terroristas sem controlo governamental¹⁶, e que tornou a Índia num dos mais perigosos países do mundo. Os atentados de Bombaim, de Novembro de 2008, atribuídos à organização terrorista paquistanesa LeT, com o alegado beneplácito do ISI e de sectores das Forças Armadas do Paquistão, colocaram as relações indo-paquistanesas à beira da ruptura e da ameaça de uma nova guerra entre os dois países. Ainda hoje, em que já há alguns sinais de degelo, as relações indo-paquistanesas são extremamente vulneráveis e frágeis.

O tradicional apoio de Pequim a Islamabad, a detenção da arma nuclear, também, pelo Paquistão, e o suporte habitual de Washington e de Bruxelas, apostadas em que o Paquistão se assumia como a “linha da frente” na luta contra o terrorismo global islâmico e contra os *talibans*, no Afeganistão, justificam as acusações de Nova Deli de que o Paquistão actua contra a Índia com total impunidade.

¹⁶ Número avançado pelo National Security Advisor numa entrevista ao jornal diário Times of India, em 2008.

A hostilidade estrutural entre a Índia e o Paquistão tem-se reflectido negativamente em diversos planos, como, por exemplo: i) – tem limitado a capacidade da SAARC desenvolver a sua agenda de cooperação regional; ii) – tem impedido o desenvolvimento de importantes projectos para a região, como, por exemplo, a construção do gasoduto entre o Irão, o Paquistão e a Índia (IPI); iii) – tem afectado o relacionamento com o EUA e com a Europa (UE); iv) - e tem envenenado as já complexas relações bilaterais com a China. Escusado será dizer que esta inimizade tem obstaculizado a cooperação bilateral e transfronteiriça indo-paquistanesa, alimentando sentimentos de rejeição e de animosidade entre as respectivas populações.

Num registo paralelo, o antagonismo entre Pequim e Nova Deli assenta em duas questões fundamentais: a) – numa questão de soberania territorial – em que estão em causa algumas parcelas do território indiano reivindicadas por Pequim (Arunachal Pradesh), e o Tibete, relativamente ao qual o asilo de Dalai Lama, na Índia, constitui uma afronta para a China; b) – e numa questão de competição regional e mundial das duas potências asiáticas emergentes.

Depois do conturbado período do pós-guerra de 1962 (em que a Índia saiu derrotada), as relações entre a Índia e a China enveredaram, realisticamente a partir de 1993, pelo diálogo político e pela cooperação comercial. Os pactos bilaterais de 2003 e os passos diplomáticos que seguidamente foram dados por Pequim e Nova Deli guindaram os dois países rivais à categoria de principais parceiros comerciais, mas consagraram, também, a dependência da Índia relativamente à China, nesse domínio.

Todavia, a competição bilateral não tem deixado de estar presente no cenário asiático, com a China a levar por diante a sua estratégia do “colar de pérolas”, no desiderato de chamar à órbita da sua influência o Nepal, a Birmânia, o Bangladesh e o Sri Lanka, criando na Índia um sentimento de “cerco” e frustração. Nestas circunstâncias, o poder da Índia face aos países vizinhos está intimamente relacionado com o seu poder face à emergente China; mas, sobretudo, o poder da Índia face a esses países encontra-se fortemente condicionado por ela.

Um sentimento de preocupação que também é partilhado pela China, que vê na Índia um rival em potência, que há que suster e contrariar.

Como resultado desta competição e da estratégia chinesa do “colar de pérolas”, Nova Deli tem-se esforçado por privilegiar as relações com os países vizinhos, no quadro da “Look East Policy” - o que nem sempre se tem mostrado rentável para a Índia, por motivos de uma alegada ingerência nos assuntos internos desses países (como no caso presente do Nepal), e por uma estratégia política de Nova Deli que assenta, fundamentalmente, nas relações de “governo a governo” e não de “estado a estado”. As mesmas razões têm justificado o esforço de Nova Deli no domínio da segurança e defesa, em redimensionar as forças armadas, alocando nelas maiores recursos e aumentando a respectiva projecção de poder, designadamente, do seu poder naval.

Desde a sua independência, a Índia não se tem limitado a afirmar-se cultural e economicamente na região. A ânsia de se afirmar militarmente tem transparecido no seu comportamento agressivo: invadiu e absorveu Goa; instalou-se no Sikkim; provocou a guerra com a China; conduziu duas guerras com o Paquistão e esteve a ponto de provocar um conflito nuclear

com este seu vizinho; interveio na separação do Bangladesh do Paquistão; incitou a guerra no Sri-Lanka, enviando depois uma força expedicionária para a controlar; e, mais recentemente, provocou a demissão do primeiro-ministro do Nepal, o líder maoísta Prachanda, deixando a jovem república mergulhada no caos, para melhor a dirigir.

Esta sua afirmação regional, no plano militar, cobre ainda um cordão estratégico de facilidades logísticas, que inclui vários Estados da Ásia Menor, da Ásia Central e do Extremo Oriente (Irão, Tajiquistão, Cazaquistão, Uzbequistão, Malásia, Indonésia, Singapura, Tailândia, Laos, Vietname, Omã, Emirados Árabes Unidos e Birmânia).

Apesar do esforço nas capacidades defensivas do país, que supera os 15% do PIB, a Índia fica aquém dos gastos dos EUA ou, mesmo, de outras potências da região, com um orçamento na defesa em torno dos 23% do PIB. Semelhante percentagem, que terá que cobrir as prioridades da segurança interna e fronteiriça, e da defesa alargada do “sub-continente”, mostra-se relativamente escassa para uma potência que busca uma maior projecção de poder para se afirmar como grande potência nos âmbitos regional e mundial.

Desta forma, pode concluir-se, também, que a “grande” Índia continua extremamente vulnerável às interferências externas e que, mais do que uma grande potência na região, ela poderá ser, sobretudo, uma potência tendencialmente de equilíbrio, entre os EUA e a China, e de ponte no extenso “corredor islâmico” em que se encontra inserida.

Outro aspecto, a referir, diz respeito à política da Índia de ajuda ao desenvolvimento, muito pouco expressiva, mesmo se comparada com a da

sua competidora directa, a China. Neste contexto, apenas três países vizinhos foram os mais beneficiados: o Afeganistão, o Butão e o Bangladesh. No caso deste último, os contenciosos de fronteira, o factor da militância terrorista transfronteiriça e a boa vontade do actual governo de Daka, mais identificado com os governantes de Nova Deli, terão sido determinantes na elevação dos montantes da ajuda indiana. Quanto ao Afeganistão, a problemática da ajuda civil do governo de Nova Deli está intimamente relacionada, mas, também, condicionada pelo Paquistão, que não vê com bons olhos a presença indiana no território e pretende arredar a Índia desse cenário.

Quanto ao Sri Lanka, em cuja política de reconstrução e reconciliação nacional a Índia se tem mostrado empenhada, a ajuda indiana tem muito a ver com a integridade do território do Estado e, conseqüentemente, com a neutralização de pulsões secessionistas da população Tamil, mas, também, com as suas preocupações face à inclusão do Sri Lanka na estratégia regional de influência da China.

No mesmo quadro de competição global com a China, a política de ajuda ao desenvolvimento da Índia iniciou uma mais larga trajetória, estendendo-se ao Médio Oriente e à África. Trata-se de uma orientação relativamente recente de Nova Deli – desde 2008, no que respeita à África - que, carece, no entanto, dos recursos e capacidades similares aos de Pequim, e pecará por ser demasiado “mercantilista” e centrada em sectores-chave do seu próprio desenvolvimento. Não obstante a retórica dos seus dirigentes, esta política da Índia tem tido subjacente, como contrapartida directa, os benefícios energéticos, já que se dirige prioritariamente a países dotados de importantes recursos no sector.

Apesar de ter fundado o Movimento dos Não-Alinhados, em Bandung, de ter tido uma forte influência no processo de descolonização, e de ser um importante contribuinte para as missões de paz das NU no continente africano, com um número acumulado de 30 000 homens nelas envolvidos, a presença da Índia em África não corresponde ao que seria expectável. Nem mesmo a proximidade cultural (por via da diáspora indiana) e geográfica, sobretudo da costa africana do leste, tem dado vantagens comparativas às da China naquele continente, devido, em grande parte, ao desaparecimento de muitos dos velhos diplomatas “africanistas” e à imagem de “continente perdido” que a África representou durante décadas. Não será de subestimar, também, os sentimentos africanos de alguma reserva com respeito à Índia, e que decorrem de coevos sentimentos xenófobos recíprocos das suas populações.

A prioridade da política externa indiana centra-se, pois, na região da Ásia do Sul (“Look East Policy”). Trata-se, porém, de uma política externa reactiva e cautelosa, carente de uma mais consistente articulação, que ainda não logrou neutralizar o obstáculo que representa o Paquistão – seu inimigo estrutural -, nem suplantar os receios que a China lhe infunde. Sujeita a uma espécie de “pinça” hostil entre o Paquistão e a China, é praticamente impossível que a Índia consiga solucionar alguns dos seus mais prementes problemas internos, como o terrorismo, sem resolver o problema das interferências do Paquistão, o qual, por sua vez, está intimamente relacionado com as problemáticas da estratégia regional da China e da “guerra” contra o terrorismo global.

A psicologia e a visão da Índia pelos indianos

Esta análise ficaria incompleta se não abordasse alguns factores da psicologia das autoridades indianas e da sua própria população, relativamente ao papel que a Índia desempenha no mundo.

Para os indianos, o número e o tamanho são realidades incontornáveis da importância da Índia no cenário internacional: a maior democracia, a segunda maior população do mundo, a vastidão territorial, o crescimento económico, a capacidade militar, a maior indústria cinematográfica, etc. Note-se, a propósito, que os prognósticos demográficos apontam para que a Índia venha a suplantar a China em termos populacionais, na década de vinte, já que a contenção da natalidade favorecida por Nova Deli não é tão drástica como a que tem sido ditada por Pequim.

Outro aspecto a referir diz respeito ao forte complexo anti-colonial que perpassa o clima de relacionamento da Índia com as grandes potências, e se exprime nos receios de uma relação assimétrica e na persistência do não-alinhamento, como um conceito que enforma os debates políticos e estratégicos do país, independentemente do sinal político-ideológico dos seus promotores.

Soberania e integridade territorial são, ainda, dois conceitos omnipresentes na política indiana e nos seus sentimentos nacionalistas, que também se alimentam de um revisionismo da sua história e dos atributos da civilização hindu, que, por sua vez, lhes confere a percepção de que a Índia espera vir a assumir, com legitimidade, uma responsabilidade moral e normativa na comunidade internacional. Esta espécie de “paternalismo” universal entronca na figura e na imagem, sempre revisitada, de Mahatma Gandhi, o grande herói espiritual e político da nação indiana.

Paralelamente, existe a percepção de que a Índia se encontra discriminada e não é suficientemente respeitada, face a todos esses atributos, pelo que o primado da “Realpolitik”, adoptado na sua política externa, e a aceitação da hierarquia entre as potências, têm como primeiro objectivo o reconhecimento e legitimação das ambições de poder da Índia na cena global. Contra a visão demasiado “orientalista”, na tradição de Nehru, de uma Índia pacífica, submissa e espiritual, os testes nucleares de 1998 simbolizam uma Índia a caminho de se tornar um Estado forte, assertivo e mais respeitado.

Esta visão endógena da “grande” Índia pouco contribui para a elaboração de uma política externa coerente e consentânea com as suas realidades internas e externas, e com os requisitos necessários para a afirmação e reconhecimento do estatuto de grande potência na cena mundial. Pouco comprometida e empenhada, ainda, nas principais questões da “governança global”, a Índia tem pugnado e beneficiado de uma espécie de estatuto de “free rider” na comunidade internacional.

Tudo isso explica o primado do bilateralismo na diplomacia indiana, as suas reservas e descrença sobre a real eficácia dos instrumentos multilaterais – à excepção do CSNU, a que pretende guindar-se pelo carácter aristocrático deste órgão mundial e em que a China tem lugar permanente -, e a sua desconfiança em modelos políticos pós-Westfália ou em ideais pós-soberanistas do mundo actual (UE). Para as autoridades indianas, a incorporação do modelo federal diz apenas respeito a um modelo territorial de identificação linguística e de autonomia de gestão, eminentemente de âmbito nacional e necessário para a coesão do Estado, não homologável ou transferível para o domínio internacional.

Considerações finais

A realidade aqui descrita e os factos com que somos confrontados no quotidiano, apenas confirmam a percepção sobre a emergência da Ásia no mundo global em que vivemos e, em particular, da Índia e da China, enquanto potências destinadas a ser, futuramente, os grandes motores da economia mundial. Por outro lado, as próprias regras da globalização determinam que o crescimento fantástico destas potências orientais, com todas as suas vicissitudes e riscos, não ficará confinado às suas fronteiras, o que constitui um desafio exponencial para as outras áreas do globo.

Sem que estejam garantidas as condições de segurança ou de estabilidade política e social destes países, em plena dinâmica de expansão de poder económico e militar, é um facto que o cultivo das relações com estes países requer uma constância, uma imaginação e um investimento político sem precedentes, onde não poderá faltar uma componente igualitária da relação entre Estados, que arrede quaisquer preconceitos de inferioridade/superioridade colonial. As potências emergentes já não aceitam lições ou ensinamentos morais da comunidade internacional.

Uma das questões fundamentais a reter, é que a Ásia é uma região composta por muitas e diversas “Ásias”, onde um conceito único, redutor, inviabiliza uma abordagem útil, credível e aceitável pelos vários interlocutores na região. Essa diversidade, porém, não elimina a comum “magia” do mercado e a importância que essa realidade assume nos relacionamentos externos de qualquer país. Mas, tal como existem várias “Ásias”, também há vários “mercados”, pelo que um conhecimento exaustivo e aprofundado das respectivas realidades, é condição *sine qua non* para um bom resultado nas relações comerciais bilaterais.

O caso da Índia é paradigmático, segundo esta perspectiva, já que se trata de um país asiático singular e, simultaneamente, um país policêntrico na sua estrutura territorial de poder, e de forte diversidade cultural na sua própria estrutura social.

Todavía, a Índia deve ser encarada como uma potência-chave para a nova ordem mundial em mudança, dada a sua localização estratégica no cruzamento entre as várias “Ásias”, e a sua natureza de “península” central do Índico, entre o Atlântico e o Pacífico.

Estes factores, porém, não têm peso decisivo nas prioridades da política externa de Portugal, onde a Índia ocupa um modesto terceiro lugar – com a diminuta e descredibilizada Goa no topo da agenda portuguesa -, a par da Austrália, da Tailândia, de Taiwan e do Vietname, atrás do Japão, Malásia e Coreia do Sul, colocados em segundo lugar, e da China e Singapura, em primeiro lugar.

Bibliografia

- * Amaury Porto de Oliveira, “Índia: Estratégia e Política Externa”, 2008
- * Ben Hazrael, “Índia, Paquistão: Raízes Identitárias Nacionais Fortes para Democracias Emergentes?”, in Poliarquias – Espaço virtual para se pensar a política, Maio de 2009
- * Bill Emmott - “Rivals – How the power struggle between China, India and Japan will shape our next decade”, Penguin Books, Englan, 2008
- * “Chanakya the great/India as an emerging superpower”, from Wikipedia
- * Constantino Xavier – “India’s Strategic Advantage over China in Africa”, Institute for Defence Studies and Analyses, www.idsa.in

- * Constantino Xavier - “New Delhi’s Great Power Ambition”, Twitter, 5.3.2010
- * “India: The Challenges to an Emerging Power – India, today”, www.glendon.yorku.ca
- * “Indian Foreign Policy – Challenges and Opportunities, 50 eminent contributors discuss”, Foreign Service Institute, New Delhi, 2007
- * “Is India emerging as an eastern or western power?”, www.globalenvision.org